



1                   **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**  
2                   **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE**  
3                   **2013**  
4

5 Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de fevereiro de 2013, em última convocação, no  
6 auditório do CASS, à Rua Afonso Cavalcanti, n.º 455, Cidade Nova, reuniram-se representantes  
7 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença de  
8 conselheiros titulares e suplentes, cujos nomes e assinaturas constam no livro de presença, para  
9 tratar dos seguintes assuntos: **1- leitura e aprovação de ata da assembléia de 10/12/2012; 2-**  
10 **Editais 2010 e 2011 - pendências e posição dos processos; 3- alteração do plano de**  
11 **aplicação 2013; 4- edital 2012 – resultado final; 5- parecer quanto à repartição, transferência**  
12 **e aplicação de recursos 2012; 6- deliberação de registro e entrega de certificados; 7-**  
13 **informes das comissões/ calendário das reuniões 2013; 8- informes Gerais.** A vice  
14 presidente Deise Gravina, iniciou a assembléia e justificou a ausência da presidente Mina  
15 Benevello Taam que se ausentara para tratar de assuntos particulares. A conselheira Luci  
16 Pimenta de Miranda realizou a leitura da ata da assembléia de 10 de dezembro de 2012, que foi  
17 aprovada por unanimidade, com destaque da conselheira Luciane Teixeira da Cruz que se  
18 absteve por não estar presente naquela assembléia. A vice presidente Deise Gravina informou  
19 que atualmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contava com o  
20 quantitativo de 9 (nove) servidores, sendo inclusive integrante do quadro técnico a assistente  
21 social Wania Tavares, ex subsecretária de gestão, que trabalharia junto com a servidora Wanderly  
22 Baptista no acompanhamento dos processos de convênio deste Conselho. A vice presidente  
23 Deise Gravina destacou que o Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente (CEDCA)  
24 vinha passando por uma precarização no seu processo de trabalho, o que culminou no seu  
25 fechamento. Na sequência a vice presidente Deise Gravina convidou o Srº José Pinto Monteiro,  
26 presidente do CEDCA, e a conselheira Vania Farias, para melhor expor a questão. O Srº José  
27 Pinto Monteiro informou que o CEDCA deveria contar com uma equipe de 8 (oito) técnicos, porém  
28 em 2010 já funcionava de forma precarizada com apenas 5 (cinco) técnicos, sendo este quadro  
29 ainda mais esvaziado, comprometendo fortemente a propagação de políticas e desenvolvimento  
30 de programas visando a integração e capacitação de conselhos dos municípios do interior,  
31 culminando no fechamento do CEDCA, em 23 de janeiro de 2013. O Srº José Pinto Monteiro  
32 destacou que nas assembléias do CEDCA era constante a presença do Ministério Público,  
33 estando este ciente de todo processo de precarização. A conselheira Vania Farias informou que o  
34 fechamento do CEDCA foi sobretudo uma posição de respeito aos outros municípios, e que a sua  
35 reabertura será somente em condições adequadas ao funcionamento do órgão. O Srº José Pinto  
36 Monteiro informou que o Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente fez uma manifestação de  
37 repúdio ao fechamento do CEDCA no lançamento da campanha “ Não desvie o olhar de combate  
38 à exploração de crianças e adolescentes”, com a presença da Ministra de Direitos Humanos, Srª  
39 Maria do Rosário, dia 07/02/2013, no Unicirco Marcos Frota, e foi entregue um documento ao  
40 Governador do estado do Rio de Janeiro, relatando o processo de fechamento do CEDCA, no dia  
41 28/01/2013. A vice presidente Deise Gravina destacou a importância da sociedade civil realizar  
42 inscrição no Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente, pois assim estaria apta a votar no  
43 processo eleitoral do CEDCA, e na sequência informou que, objetivando contribuir com a  
44 participação da sociedade civil e com o controle social, a Federação das Instituições Beneficentes  
45 (FIB) encaminhará o link de inscrição do Fórum por e-mail para as entidades. A vice presidente  
46 Deise Gravina informou que os Conselhos estavam ajustando os calendários, de forma que a



47 mudança de Gestão dos Conselheiros, coincida com o ano fiscal. Neste mesmo sentido, a mesa  
48 diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) firmou o  
49 calendário com eleição da sociedade civil no mês de novembro, transição em dezembro e posse  
50 no mês de janeiro de 2014. Com relação aos Editais, a técnica Wania Tavares informou que  
51 atualmente existiam 46 processos, sendo que 26 processos estavam em vigor e 20 processos  
52 estavam com exigências documentais por parte das comissões, como também por parte das  
53 entidades. A conselheira Carla Marize Augusta da Silva realizou a leitura da Deliberação  
54 983/2013, referente a alteração do Plano de Aplicação 2013, sendo esta aprovada por  
55 unanimidade. Na seqüência foi realizada a leitura da Deliberação 984/2013, que dispunha sobre a  
56 aprovação do Relatório de Gestão exercício 2012 - que foi aprovada por unanimidade. A vice  
57 presidente Deise Gravina informou que o CMDCA deliberou fixando os prazos para análise dos  
58 processos de conveniamento com recursos do FMADCA, e que houve o cumprimento dos prazos  
59 estabelecido na Procuradoria Administrativa do Município- PADM, na Comissão de Análise de  
60 Contratações de Organizações não Governamentais- CACO e na Comissão de Programação e  
61 Controle da Despesa- CODESP, entretanto persiste a morosidade no gabinete da Secretária  
62 Municipal de Desenvolvimento Social. A secretária executiva do CMDCA, sr<sup>a</sup> Vania Dutra, realizou  
63 a leitura do comunicado que tornava público o resultado final do 4<sup>o</sup> Concurso Público de Projetos  
64 do Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, CMDCA-Rio –  
65 Edital 01/2012, sendo aprovado por unanimidade. A conselheira Rosane Cavalcante de Araújo  
66 realizou a leitura da Deliberação 985/2013, que dispunha sobre a relação dos Projetos  
67 selecionados no 4<sup>o</sup> Concurso Público de Projetos do Conselho Municipal Direitos da Criança e do  
68 Adolescente do Rio de Janeiro, CMDCA-Rio – Edital 01/2012, sendo aprovado por unanimidade.  
69 A Sr<sup>a</sup> Vania Faria destacou que não estava previsto na deliberação o Certificado de Captação de  
70 Recursos. Na seqüência a assistente social do CMDCA, sr<sup>a</sup> Eliane Coimbra, informou que, no dia  
71 20 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Ofício do Município do Rio de Janeiro  
72 comunicado que as entidades/projetos habilitados nas etapas de Avaliação Documental e  
73 Avaliação Técnica e que estavam autorizadas a captar recursos nos termos da Deliberação  
74 919/2012. A vice presidente Deise Gravina informou que no dia 06/03/2013, às 10:00 horas,  
75 haveria uma reunião com as entidades que tiveram os projetos aprovados no Edital 2012,  
76 objetivando minimizar pendências nas análise processuais com vistas à assinatura de convênio. A  
77 vice presidente Deise Gravina solicitou que cada entidade encaminhasse representante com  
78 conhecimento da parte técnica do projeto. A assistente social Eliane Coimbra informou que até o  
79 dia 30 de abril todas as entidades deveriam apresentar o Relatório das Atividades de 2012 e o  
80 Plano de Trabalho para atividades a serem realizadas em 2013, com vistas a emissão do  
81 certificado de regularidade anual. A Comissão de Garantia de Direitos, informou que durante a  
82 visita realizada as Unidades Municipais de Reinserção Social (UMRS)- Raul Seixas e Dom  
83 Helder, não encontrou condições adequadas para a inscrição do programa de acolhimento  
84 institucional, considerando o exposto, a vice presidente Deise Gravina sugeriu que fosse  
85 encaminhado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para ciência do representante legal das  
86 Unidades Municipais de Reinserção Social – Raul Seixas e Dom Helder, estabelecendo um prazo  
87 para ajustes e nova visita técnica para reavaliação, sendo esta proposta aprovada por  
88 unanimidade. O conselheiro Sr<sup>o</sup> José Pinto Monteiro perguntou o quantitativo de entidades aptas  
89 a captarem recursos, a vice presidente Deise Gravina informou que aquelas entidades que  
90 receberam pontuação acima de 60 (sessenta) pontos, conforme publicado no Diário Ofício do  
91 Município do Rio de Janeiro, a relação das entidades/projetos habilitados nas etapas de Avaliação  
92 Documental e Avaliação Técnica. Complementando, a vice presidente Deise Gravina reforçou que



93 conforme estabelece a Lei Federal n.º 8.666/1993, não era possível a abertura de edital público  
94 sem recurso que fosse possível dar esteio a este. Na seqüência a conselheira Rosane Cavalcante  
95 de Araújo fez leitura da deliberação de registro que foi aprovada por unanimidade. Feita e entrega  
96 de certificados aos representantes das entidades presentes e posteriormente foi realizado os  
97 informes das comissões e gerais. Nada mais havendo a tratar a presidente deu por encerrada a  
98 assembléia às 16:40h, e a ata segue assinada pela vice-presidente e pelas duas secretárias, em  
99 18 de fevereiro de 2013.

---

**Deise Gravina  
Vice - Presidente**

---

**Carla Marize Augusta da Silva  
Primeira Secretária**

---

**Luci Pimenta de Miranda  
Segunda Secretária**